



Criado e instalado segundo a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto Estadual nº 5.759, de 30 de agosto de 2012

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA

Ao quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, por meio web conferência utilizando a plataforma ZOOM, o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira – COALIAR realizou sua Vigésima Sétima Reunião Ordinária para discutir os seguintes itens: **1. Abertura; 2. Aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária do COALIAR; 3. Aprovação do Termo de Referência para Reenquadramento de Trechos de Corpos Hídricos; 4. Proposta de Grupo de Trabalho para Uso da Água e as Ações de Mineração; 5. Proposta de Grupo de Trabalho para acompanhamento do Plano de Bacia; 6. Revisão do Regimento Interno; 7. Assuntos Gerais; 8. Encerramento:** Danielle Teixeira Tortato, Christine da Fonseca Xavier e Natasha Cecilia Hessel de Goes (Instituto Água e Terra – IAT); Milton Luiz Brero de Campos (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC); Cristina Maria Rizzi Galerani (Prefeitura Municipal de Piraquara); Thayoná Souza de Oliveira (Prefeitura Municipal de Quatro Barras); Denilson Mendes dos Santos (Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul); Elaine Manfron Vieira (Prefeitura Municipal de Campo Magro); Ester Amélia Assis Mendes e Pedro Luís Prado Franco (Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR); Monica Irion Almeida (Companhia Paranaense de Energia – COPEL); Naomi Thomé (Spal Indústria Brasileira De Bebidas – Coca-Cola FEMSA); Luiza Trevisan Barcellos (Votorantim); Vanessa Carvalho (Importação, Exportação e Indústria de Óleos S.A – IMCOPA); Paulo Henrique Quintiliano Moura e Marcos Pupo Thiesen (Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP); Leonardo Silvestri Szymczak (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR); Livaldo Gemin e Carla Beck (Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP); Ibson Martins Campos (Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana – Curitiba); Andressa Moraes Dutra (Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana - Araucária); Millena Ribeiro dos Reis (Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM-RM); Ana Carolina Giordani (Câmara Técnica da APA do Rio Iraí); Munique Maria dos Santos Neto (Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná - Geep Açungui); Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (Centro De Estudos Defesa E Educacao Ambiental - CEDEA); Suelita Röcker (Instituto Internacional Arayara de Educação e Cultura – Arayara); Regina Weinschutz (Universidade Federal do Paraná – UFPR); Lucila Adriani de Almeida Coral (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR); Cíntia Mara Ribas de Oliveira (Universidade Positivo); Alessandro Bertolino (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC); Caroline Kozak (Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro); Camila de Vasconcelos Müller Athayde (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS-PR).
Convidados: Antonio Roberto Sartor (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-PR; Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão –

42 CTINS); Neiva Cristina Ribeiro (Sanepar; CTINS); Tiago Martins Bacovis (IAT; CTINS).
43 Secretaria Executiva: Lucineide Aparecida Maranhão (Instituto Água e Terra – IAT). O
44 Presidente do COALIAR, Ibson Martins Campos, agradeceu a presença de todos e
45 passou a palavra a sra. Lucineide Aparecida Maranhão - IAT. A sra. Lucineide Maranhão,
46 repassou alguns procedimentos para que a reunião ocorra de forma organizada e
47 clara. O Presidente tomou a palavra e prosseguiu com a reunião, informou que
48 ocorreram algumas substituições de representantes: a empresa de Importação,
49 Exportação e Indústria de Óleos S.A – IMCOPA, substituiu sua representante,
50 Fernanda Santana Ferreira pela Vanessa Carvalho; o Grupo de Estudos
51 Espeleológicos do Paraná – GEEP-Açungui, substituiu seu representante suplente,
52 Kleber Makoto Mise pela Munique Maria dos Santos Neto; o Instituto Internacional
53 ARAYARA, substituiu seu representante, Juliano Bueno de Araujo pela Suelita
54 Röcker. Todos foram empossados. Dando continuidade se passou para o **Item 2** da
55 pauta colocando a ata da 26ª reunião ordinária para considerações, sem
56 manifestações, colocou para aprovação, sendo a mesma aprovada pela plenária.
57 Dando continuidade ao para o **Item 3**, onde o Presidente passou a palavra ao sr.
58 Antonio Sartor, coordenador da CTINS, o qual deve uma breve explanação do sobre o
59 Termo de Referência – TR, e passou a palavra ao sr. Tiago Bacovis, quem fez
60 apresentação do TR. Após apresentação o Presidente, abriu espaço para
61 manifestações. A sra. Ana Carolina Giordani - Câmara Técnica da APA do Rio Iraí,
62 questionou pelo chat, se o TR enviado junto da convocação, era um documento
63 diferente do apresentado. O sr. Tiago Bacovis, respondeu que era o mesmo
64 documento, mas para sanar dúvidas, leu o documento com todos. A sra. Camila de
65 Vasconcelos Müller Athayde – ABAS/PR, apontou que estudar e compreender o ciclo
66 hidrológico faz-se necessário para avaliar um possível enquadramento das águas que
67 estão na superfície. Sugeriu que deve haver um diagnóstico integrado dos recursos
68 hídricos, de forma a conhecer e quantificar os volumes superficiais e subterrâneos
69 disponíveis, assim como seus respectivos parâmetros de qualidade. o sr. Luiz Arthur,
70 solicitou que a mesma indique, onde dentro do documento seria inserido tais
71 colocações. O sr. Tiago, reforçou que o TR é exclusivamente para águas superficiais,
72 os cálculos de outorga de disponibilidade hídrica superficial, não contempla essa
73 complexidade entre água subterrânea e água superficial, então não tem como cobrar
74 algo que não é feito atualmente. Informou que as águas subterrâneas não têm
75 enquadramento, até o presente momento, o que reforça que não tem como cobrar algo
76 que não vem sendo feito. E salientou novamente, que o Termo de Referência é para o
77 reenquadramento de trechos específicos, não para a bacia como um todo. O
78 Presidente, complementou e reforçou, que se refere de atividades que já estão sendo
79 desenvolvidas e já estavam instaladas na época que foi feito o enquadramento. A sra.
80 Neiva Cristina Ribeiro – CTINS, enfatizou que é um documento norteador para quem
81 quer realizar uma proposta, a qual será direcionada para o Comitê e caso o seja
82 aprovado, passa para o IAT e depois pelo Conselho Regional de Recursos Hídricos –
83 CERH/PR. Reforçou novamente, que não se trata de um reenquadramento da Bacia.
84 O sr. Luiz Arthur, orientou a sra. Camila Müller a solicitar mediante ao comitê, um
85 estudo quanto as águas subterrâneas, mas para o caso do TR não cabe tal assunto.

86 A sra. Suelita Röcker – Arayara, concordou a proposta de um estudo específico para
87 águas subterrânea. A sra. Danielle Teixeira Tortato – IAT, reforçou que o estudo tem
88 que ser feito de acordo com o que foi realizado na época do enquadramento, ou seja,
89 apenas as indústrias que estavam já instaladas. A docente Camila Müller
90 reiterou que a unidade de gestão dos recursos hídricos é a bacia hidrográfica, que
91 a água superficial que está na superfície e a água subterrânea compõem o mesmo
92 ciclo hidrológico, portanto faz-se necessário incluir o diagnóstico e o monitoramento
93 dos recursos hídricos subterrâneos no Termo de reenquadramento dos corpos
94 hídricos, assim como, julga pertinente indicações de ações sociais que visem a
95 integração do proponente com a população diretamente afetada pela mudança do
96 reenquadramento.. A sra. Christine da Fonseca Xavier – IAT, informou que o IAT tem
97 o monitoramento e cadastro dos empreendimentos, com poços devidamente
98 outorgados em todo Estado, e caso queira as informações, essas podem ser
99 disponibilizadas. O comitê é de bacia hidrográfica e a água subterrânea não tem a
100 mesma divisão, portanto é muito relevante que se tenha o enquadramento de águas
101 subterrâneas, porém a mesma pertence a outra divisão. O sr. Luiz Arthur, solicitou o
102 acréscimo no fluxograma do “Prognóstico”. O sr. Milton Luiz Brero de Campos –
103 COMEC, orientou que a elaboração de alternativa de reenquadramento, é o
104 prognóstico, é no caso se tem mais de uma alternativa, desta forma você utiliza os
105 dados do diagnóstico e faz uma previsão do que fazer na bacia, assim é dispensável
106 falar de prognóstico. O sr. Luiz Arthur, mantém sua colocação para inserir “Prognóstico”
107 no fluxograma, sendo assim considerada e aprovada sua colocação. A sra. Neiva
108 Cristina, informa que as ações previstas, se refere as ações que o empreendedor irá
109 fazer para atingir aquela classe do rio afetado. O Presidente colocou o documento para
110 aprovação da plenária, sendo um voto contra aprovação por parte da sra. Camila
111 Müller, mas sendo aprovado por maioria simples. Prossegui-o para o **Item 4**, passando
112 a palavra para o sr. Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição - CEDEA, o mesmo
113 informou que não estava conseguindo localizar o documento que iria apresentar. O
114 Presidente propôs uma inversão de pauta, onde todos concordaram. Se passou para
115 o **Item 5**, a sra. Ana Giordani, tomou a palavra e apresentou sua proposta para criar
116 um Grupo de Trabalho para acompanhamento do Plano de Bacia do Coalhar. O
117 Presidente agradeceu pela apresentação e abriu a palavra para manifestações. O sr.
118 Paulo Henrique Quintiliano Moura – FIEP, perguntou se a Câmara Técnica de
119 Acompanhamento do Plano - CTPLAN, estava em funcionamento. O sr. Pedro Luís
120 Prado Franco – Sanepar, informou que por orientação e determinações de reuniões do
121 passado, as câmaras técnicas que existiam no comitê, foram juntadas e criando uma
122 única que é a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTINS. Esta tem todas
123 atribuições das demais, e para que a mesma faça o acompanhamento do Plano,
124 primeiro a plenária tem que solicitar que acrescentem este item na pauta. A sra.
125 Danielle Tortato, corroborou as afirmações do sr. Pedro Franco, e que como se trata
126 de um assunto específico, não tem problema nenhum de se criar um Grupo de
127 Trabalho – GT, para auxiliar a CTINS. A sra. Ana Giordani, perguntou qual seria o
128 procedimento e se poderá fazer parte do GT. A sra. Danielle Tortato, informou que
129 seria verificado a pertinência do GT, e caso aprovado na próxima plenária será levado

130 a minuta de Deliberação do GT, onde estará formulado a proposta, produto final e
131 tempo que este grupo irá trabalhar, juntamente dos participantes que se propuserem.
132 O sr. Luiz Arthur, solicitou vistas do GT, mas retirou ao compreender que a ideia do
133 grupo seria melhor trabalhada e discutida na próxima reunião. O Presidente colocou
134 para aprovação criar o Grupo de Trabalho para acompanhamento do Plano, sendo
135 aprovado. Voltou-se para o **Item 4**, onde o sr. Luiz Arthur realizou uma breve
136 apresentação da sua proposta de Grupo de Trabalho. O Presidente agradeceu e abriu
137 a palavra para manifestações. O sr. Milton Campos informou que através do ITCG/IAT,
138 está começando a ser elaborado um Termo de Referência em quesito muito
139 semelhante ao tema abordado pelo GT proposto, que seria extração mineral e
140 mobilidade no deslocamento nas cidades, desta forma é pertinente aguardar o estudo
141 e trabalhar em cima do resultado. A sra. Danielle Tortato apoiou a ideia de esperar pelo
142 estudo que irá ser realizado pelo IAT, visto que de modo geral é uma competência do
143 órgão ambiental, onde o comitê pode estar fazendo considerações para auxiliar no
144 estudo, e solicitar uma apresentação por parte da diretoria que está realizando esse
145 estudo. O sr. Luiz Arthur complementou que este GT pode ser montado para
146 acompanhar os trabalhos que serão feitos e ainda elaborar propostas de
147 considerações do estudo. O Presidente colocou para votação a proposta do Grupo de
148 Trabalho de Usos da Água e as Ações de Mineração, sendo aprovado. Se seguiu para o
149 **Item 6**, o Presidente passou a palavra para o sr. Alan Tavares – IAT, o qual explicou
150 um questionamento do Ministério Público, referente a revisão do Regimento Interno do
151 Comitê. O Presidente propôs encaminhar para CTINS realizar a revisão. Sendo
152 aprovado por todos. Passou para o **Item 7**, O Presidente informou que o Tribunal de
153 Contas questionou do por que não são cobrados todos os setores de Usuários, e
154 solicitou que a CTINS dê prioridade a revisão da Resolução Nº 05/2013, como
155 solicitado na 25ª Reunião Ordinária do Comitê. Passou a palavra a sra. Lucineide
156 Maranhão – IAT, que deu os informes do Encontro Estadual de Comitês de Bacias
157 Hidrográficas, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2023, no SESC
158 Matinhos. Salientou que quem deseja submeter trabalhos para serem apresentados
159 no ENCOB, as inscrições iniciam em maio, e o encontro será em Natal no mês de
160 agosto. Os representantes que iram participar do ENCOB, será decidido na reunião do
161 Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas. O Presidente do COALIAR,
162 Ibson Martins Campos, agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a reunião.

163
164 De Acordo.

165
166 Ibson Campos

167 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira